

geração nov@
intervir, agir e mudar



Jorge Nunes Sá

GERAÇÃO NOVA

, desde sempre, como organização política geracional
o dever cívico e patriótico de assumir a sua determinação
participar nas mudanças do nosso País.

ndo o objectivo de contribuir para a construção do País
activamente queremos, e voltar a ter uma juventude
de auto-estima, auto-confiança, sentido de missão e
o empreendedor.

o que a identificação dos assuntos que presentemente
quem os problemas da juventude portuguesa é nosso
ato agir, intervir e contribuir activamente para a mudança.

os que os erros de hoje poderão hipotecar o futuro não
nossa mas das próximas gerações.

nos, pois, inverter o caminho e lutar por uma Geração
definitivamente integrada nos desafios do século XXI.

nos pois pautar a nossa intervenção pela apresentação
ções concretas para os reais problemas dos jovens
ueses.

**Vamos política espectáculo, nem para as franjas do
ado.**

o Caminho não será o mais fácil ou mediático, mas
os convictos que é o correcto.

a acção vai primar pela consequência.

as prioridades são políticas activas, com o objectivo de
r as barreiras que ainda nos afastam dos outros jovens
us nas áreas da Habitação, Educação, Emprego e
ção Profissional, Ambiente e Sociedade de Informação,
e à toxicodependência e à SIDA. Extinguir o Serviço
Obrigatório com a definição de um novo conceito de
Nacional.

, uma política integrada de Juventude e transversal a
s áreas.

terá que estar mais forte que nunca e mobilizada,

apostaremos na informação a toda a estrutura, usando para
isso as novas tecnologias.

A formação política deve continuar e ser intensificada, bem
como a realização de Conselhos Nacionais e Distritais temáticos.

Continuar com a estrutura mobilizada realizando encontros de
secções e convenções autárquicas, bem como a Festa Anual
da JSD.

Rever os nossos estatutos de forma a não perdermos tempo
com discussões processuais, canalizando energias para o
combate externo e para a implantação das nossas políticas.

Comprometer toda a estrutura nas decisões, alargando o
debate.

O exemplo será a nossa proposta de reforma do sistema
político, reuniões de todos os Conselhos Distritais e Regionais
com presença da CPN, dedicados a este tema culminando com
um Conselho Nacional temático sobre esta matéria.

Quanto mais nos envolvermos na discussão mais legítima será
a decisão, e acima de tudo será a NOSSA.

Connosco a JSD gerará ideias com nome de GERAÇÃO NOVA.

Vamos AGIR para combater inacções passadas!

Vamos INTERVIR para incomodar os interesses mais obscuros
e conservadores!

Vamos MUDAR para manter o que de bom há na Juventude
Portuguesa!

A Jota é a nossa vida;

Portugal é a nossa missão!

Lista Candidata à Comissão Política Nacional da JSD

Presidente

Jorge Nuno Sá

Vice-Presidentes

Helder Santos
Sérgio de Azevedo
Filipe Nascimento
César Teixeira
Carlos Lopes
Daniel Rebelo
Angelo Pereira

Secretário-Geral

Ana Zita Gomes

Adjuntos

Francisco Figueira
Nelson Montalvão
Rui Moita
Francisco Lopes
Fernando Neves

Vogais

Ana Janine
Fernando Jorge
Fernando Lopes
Nuno Correia
Nuno Lucas
Nuno Sousa
Ricardo Emílio
Ricardo Vieira

Gabinete de Estudos

Alexandre Picoto

JASD

Paulo Cavaleiro

Gabinete Relações Internacionais

Ricardo Lopes

jorgenuno@jsd.pt
www.geracaonova.net

GERAÇÃO NOVA

Desde sempre que a JSD enquanto organização política geracional sente o dever cívico e patriótico de assumir a sua determinação em participar nas mudanças do nosso País.

Prosseguindo o desígnio de contribuir para a construção do País que queremos, também nós desejamos voltar a ter uma juventude plena de auto-estima, auto-confiança, sentido de missão e espírito empreendedor.

Mais do que a identificação dos pontos que presentemente constituem os problemas da juventude portuguesa é nosso desiderato agir, intervir e contribuir activamente para a mudança.

Sabemos que os erros de hoje poderão hipotecar o futuro não só da nossa mas das próximas gerações.

Resta-nos, pois, inverter o caminho e lutar por uma Geração Nova e definitivamente integrada nos desafios do século XXI.

AGIR:

EDUCAÇÃO

A REALIDADE

Não é compreensível que um País com uma das mais baixas taxas de frequência do ensino superior e de licenciados da OCDE, possua, simultaneamente, uma das mais elevadas taxas de licenciados em situação de desemprego;

Muitos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos — particularmente, aqueles cuja formação de base é reduzida — encontram-se em situação de subemprego ou desemprego oculto;

Às portas do século XXI vivemos num País em que 31% dos desempregados são jovens e na sua maioria licenciados;

Deparamo-nos em relação à realidade europeia, com um atraso estrutural de uma geração, quer em inovação, quer em modernização;

A desactualização dos Planos curriculares na maior parte dos cursos;

Programas de incentivo ao início de uma carreira profissional que pecam pela quase total ausência de acompanhamento nas escolas;

A necessidade de reorganizar a complexa rede de ensino superior em Portugal, nomeadamente tornando o sistema suficientemente homogéneo por forma a que um estudante de um instituto politécnico nacional obtenha, numa universidade estrangeira, a correspondência directa da sua qualificação académica.

A degradação das instalações, e a falta por parte dos estudantes da definição de um projecto de vida são razões justificadas para os cerca de 27.000 licenciados desempregados;

Somos o penúltimo País em número de acessos à Internet a partir de casa;

O terceiro mais caro em preços de acesso à Internet;

O penúltimo em número de computadores por aluno nas escolas do ensino básico;

O último em número de computadores por aluno nas escolas secundárias;

O penúltimo em número de professores a utilizar a Internet no ensino;

O penúltimo em percentagem da força de trabalho que utiliza a Internet;

O CAMINHO:

ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

Congratulamo-nos com a aprovação do estatuto do professor, no entanto muito ainda se encontra por fazer nomeadamente:

A aprendizagem da língua inglesa desde o 1º ano do 1º ciclo;

O recurso aos meios informáticos desde o 3º ano de escolaridade obrigatória prosseguindo até à formação definitiva do estudante;

A absoluta necessidade do Português e da Matemática como disciplinas obrigatórias até ao 12º ano de escolaridade em todas as vertentes;

Uma especial atenção e consideração da disciplina de História Nacional nos planos de curso;

A introdução de novas disciplinas como a educação ambiental, educação cívica e a educação para a saúde, por exemplo;

Promoção do desporto escolar com incentivos à criação de campeonatos entre as diversas escolas;

Aumento da escolaridade mínima obrigatória;

ENSINO SUPERIOR

A dinamização de cursos pós-secundários com o incremento de cursos de especialização tecnológica, ministrados nas instituições de ensino superior e junto dos agentes económicos (empresas);

Uma reestruturação do pensamento nacional, por forma a que ensino tradicional e ensino técnico-profissional coexistam igualmente preenchendo as grandes falhas estruturais do País;

A reestruturação do Plano Curricular em algumas licenciaturas e a diminuição da duração lectiva das mesmas com vista à equiparação com o já existente noutros Países europeus;

Uma melhoria efectiva da acção social escolar nomeadamente no que toca à atribuição de bolsas a estudantes carenciados. Relembremos apenas o facto que os estudantes mais carenciados se encontram, paradoxalmente, no ensino privado;

Incentivos à criação de novos cursos e especializações técnicas no domínio dos recursos naturais nacionais;

SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

Internet e novas tecnologias para todas as Escolas do País, bem como a preparação dos seus próprios docentes;

Privilegiar a formação *eLearning*, disponibilizando o máximo de material informativo/didáctico para mais fácil acesso às secções;

A necessidade de modernizar/reformar a Administração pública com vista à transição para o *eGovernment*. Este novo sistema traduzir-se-á em ganhos de produtividade e aumentará o

GERAÇÃO NOVA

Desde sempre que a JSD enquanto organização política geracional sente o dever cívico e patriótico de assumir a sua determinação em participar nas mudanças do nosso País.

Prosseguindo o designio de contribuir para a construção do País que queremos, também nós desejamos voltar a ter uma juventude plena de auto-estima, auto-confiança, sentido de missão e espírito empreendedor.

Mais do que a identificação dos pontos que presentemente constituem os problemas da juventude portuguesa é nosso desiderato agir, intervir e contribuir activamente para a mudança.

Sabemos que os erros de hoje poderão hipotecar o futuro não só da nossa mas das próximas gerações.

Resta-nos, pois, inverter o caminho e lutar por uma Geração Nova e definitivamente integrada nos desafios do século XXI.

AGIR:

EDUCAÇÃO

A REALIDADE

Não é compreensível que um País com uma das mais baixas taxas de frequência do ensino superior e de licenciados da OCDE, possua, simultaneamente, uma das mais elevadas taxas de licenciados em situação de desemprego;

Muitos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos — particularmente, aqueles cuja formação de base é reduzida — encontram-se em situação de subemprego ou desemprego oculto;

Às portas do século XXI vivemos num País em que 31% dos desempregados são jovens e na sua maioria licenciados;

Deparamo-nos em relação à realidade europeia, com um atraso estrutural de uma geração, quer em inovação, quer em modernização;

A desactualização dos Planos curriculares na maior parte dos cursos;

Programas de incentivo ao início de uma carreira profissional que pecam pela quase total ausência de acompanhamento nas escolas;

A necessidade de reorganizar a complexa rede de ensino superior em Portugal, nomeadamente tornando o sistema suficientemente homogéneo por forma a que um estudante de um instituto politécnico nacional obtenha, numa universidade estrangeira, a correspondência directa da sua qualificação académica.

A degradação das instalações, e a falta por parte dos estudantes da definição de um projecto de vida são razões justificadas para os cerca de 27.000 licenciados desempregados;

Somos o penúltimo País em número de acessos à Internet a partir de casa;

O terceiro mais caro em preços de acesso à Internet;

O penúltimo em número de computadores por aluno nas escolas do ensino básico;

O último em número de computadores por aluno nas escolas secundárias;

O penúltimo em número de professores a utilizar a Internet no ensino;

O penúltimo em percentagem da força de trabalho que utiliza a Internet;

O CAMINHO:

ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

Congratulamo-nos com a aprovação do estatuto do professor, no entanto muito ainda se encontra por fazer nomeadamente:

A aprendizagem da língua inglesa desde o 1º ano do 1º ciclo;

O recurso aos meios informáticos desde o 3º ano de escolaridade obrigatória prosseguindo até à formação definitiva do estudante;

A absoluta necessidade do Português e da Matemática como disciplinas obrigatórias até ao 12º ano de escolaridade em todas as vertentes;

Uma especial atenção e consideração da disciplina de História Nacional nos planos de curso;

A introdução de novas disciplinas como a educação ambiental, educação cívica e a educação para a saúde, por exemplo;

Promoção do desporto escolar com incentivos à criação de campeonatos entre as diversas escolas;

Aumento da escolaridade mínima obrigatória;

ENSINO SUPERIOR

A dinamização de cursos pós-secundários com o incremento de cursos de especialização tecnológica, ministrados nas instituições de ensino superior e junto dos agentes económicos (empresas);

Uma reestruturação do pensamento nacional, por forma a que ensino tradicional e ensino técnico-profissional coexistam igualmente preenchendo as grandes falhas estruturais do País;

A reestruturação do Plano Curricular em algumas licenciaturas e a diminuição da duração lectiva das mesmas com vista à equiparação com o já existente noutros Países europeus;

Uma melhoria efectiva da acção social escolar nomeadamente no que toca à atribuição de bolsas a estudantes carenciados. Relembremos apenas o facto que os estudantes mais carenciados se encontram, paradoxalmente, no ensino privado;

Incentivos à criação de novos cursos e especializações técnicas no domínio dos recursos naturais nacionais;

SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

Internet e novas tecnologias para todas as Escolas do País, bem como a preparação dos seus próprios docentes;

Privilegiar a formação *eLearning*, disponibilizando o máximo de material informativo/didáctico para mais fácil acesso às secções;

A necessidade de modernizar/reformar a Administração pública com vista à transição para o *eGovernment*. Este novo sistema traduzir-se-á em ganhos de produtividade e aumentará o

nível de bem estar das populações. Desta forma, reevindicamos a disponibilização de todos os serviços fornecidos pelo Estado através da Internet;

Adopção de medidas específicas de combate à infoexclusão;

Incentivo à criação de empresas portuguesas de comércio electrónico ou tele-trabalho;

Alargamento do projecto-piloto de cidades digitais a todas as capitais de distrito e respectivas Regiões Autónomas;

Apoio ao incremento de conteúdos portugueses na Internet, especialmente os educativos ou de serviços;

Por fim, tendo por adquirido que os *media* são um (importante) poder de fiscalização da nossa democracia, não podemos conceber um estatuto constituído apenas por prerrogativas, e despido de obrigações, designadamente de veracidade, respeito pelo princípio do contraditório e empenho na formação de uma massa crítica de cidadania.

AMBIENTE

O Ambiente surge, no quadro da evolução das sociedades, como uma das mais recentes preocupações da humanidade.

O conceito de poluição, de uma maneira geral, aplica-se a todas as intervenções do homem, que de alguma forma perturbam (por vezes irremediavelmente) os equilíbrios naturais do meio ambiente.

Todos os tipos de poluição são lesivas das várias formas de vida, e por vezes, provocam alterações nos ecossistemas, obrigando as espécies a adaptar-se às novas condições ambientais e em última análise originando a sua própria extinção.

O Direito do Ambiente, afigura-se-nos assim, como um verdadeiro Direito fundamental, cuja defesa se encontra de modo legítimo, na esfera de cada um de nós.

Portugal tem de apostar em várias intervenções no domínio da defesa e de protecção do ambiente, segundo grandes linhas estratégicas:

Bem estar sustentável das populações com padrões de elevada qualidade de vida;

Adequação ambiental das actividades económicas. O investimento na conservação da natureza e qualidade ambiental, compatível com a salvaguarda dos interesses sócio-económicos, garantirá o desenvolvimento sustentado e sustentável de todo o País;

Valorização do património natural da paisagem humanizada assegurando a articulação dos interfaces da conservação da natureza com os vários sectores da vida económica;

Informação e educação ambiental;

A aplicação do princípio poluidor-pagador, com a consagração de uma "reforma fiscal ecológica", através da introdução das eco-taxas e impostos verdes e benefícios fiscais às condutas ambientalmente correctas;

Adopção de uma política de redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos através de uma recolha selectiva substancialmente diferente da actual, prevendo penalizações a quem não o faça;

Tratamento e valorização de resíduos, alargando a rede existente que actualmente ainda é insuficiente;

Preservação e racionalização dos nossos recursos hídricos e dos seus ecossistemas, repensando os actuais modelos de gestão;

Tratamento de águas residuais de acordo com os objectivos definidos pela UE;

A premente necessidade de Portugal investir na procura de energias alternativas relembramos apenas que mais de quatro quintos da energia produzida em Portugal, provém de fontes altamente poluentes, perturbadoras dos equilíbrios naturais do meio ambiente.;

Aposta inequívoca no incremento de uma rede de transportes públicos de qualidade, melhorando consequentemente a qualidade do ar através da redução da entrada de automóveis nas cidades;

Utilização de parquímetros como forma de redução da poluição do ar pela diminuição da circulação de veículos motorizados e cujas receitas deverão ser adstritas, por exemplo, a campanhas de sensibilização dos cidadãos;

Criação de ciclovias;

Incentivos à reciclagem e à reutilização, nomeadamente "forçando" os organismos e empresas públicas a usar apenas materiais reciclados e recicláveis cumprindo desta forma o absoluto respeito pelas normas ambientais e incentivando fiscalmente as entidades privadas que o façam.

JUVENTUDE:

EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Antes de mais e para além de tudo é fundamental alterar a mentalidade nacional;

A substituição de emprego adulto de baixa qualificação, por emprego jovem qualificado acelerando o processo de desenvolvimento sem ruptura social;

Uma política de pleno emprego a pensar nas pessoas e para as pessoas, de cariz competitivo, moderna e perfeitamente contextualizada com o projecto europeu;

Uma muito maior interligação entre aquilo que se ensina e a transição para a vida activa. São necessários estudos de mercado, fidedignos, sem demagogias ou políticas eleitoralistas, por forma a poder sempre, respeitando a liberdade e os desejos de cada um, direccionar os jovens para licenciaturas com futuro;

Um observatório nacional de saídas profissionais que finalmente "salte do papel", e cujo objectivo principal seja em parceria com os restantes organismos (Escolas, Universidades e Empresas) fazer a radiografia entre o que existe e o que se quer de um guia de profissões, utilizando a rede de Internet;

Gabinetes concertados de Saídas Profissionais em todas as Universidades, e não apenas nas Universidades Privadas;

Protocolos entre as Ordens Profissionais, Ministérios da Educação e Emprego e as Universidades, no sentido de proporcionar Estágios integrados e remunerados;

Disponibilização de um guia de profissões, utilizando a rede de Internet;

A criação de uma política consistente de apoios e incentivos às PME's fundamental num País como o nosso. Convém, porém, não esquecer que só as empresas fortes sobreviverão;

Incentivos às entidades empregadoras de mão de obra jovem, nomeadamente empresas;

Fundos e apoios reais à criação de empresas pelos jovens, diminuindo a burocracia no projecto de candidatura, e viabilizando rapidamente a obtenção do capital semente;
Um fortalecimento do apoio à formação contínua, na dupla perspectiva da formação ao longo da vida (componente básica no Modelo Social Europeu), assim como do desenvolvimento da adaptabilidade da empresa às mudanças estruturais da economia;

Criação de um programa de combate à exclusão escolar e social na educação básica, através da introdução de currículos alternativos destinados a crianças e jovens com características comportamentais e de aprendizagem problemática;

Programas de incentivo à carreira profissional e de inserção de grupos de risco;

A criação das Escolas de 2ª oportunidade destinadas a reintegrar jovens que deixaram o sistema educativo sem nenhuma formação ou qualificação através de um leque de oportunidades de formação adaptados às suas necessidades individuais.

HABITAÇÃO

Após a adesão de Portugal à UE e à Moeda Única, as taxas de juro baixaram drasticamente deixando de funcionar como elemento desincentivador à aquisição de habitação própria, pelo que sob este ponto de vista, não continuava a fazer sentido subsidiar a taxa de juro, o chamado Crédito Bonificado.

Assim sendo entendemos que as medidas tomadas pelo actual executivo governamental de deixar de subsidiar as taxas de juro (e de forma indirecta o Sistema Bancário), para colocar o enfoque da estratégia da habitação na solução do arrendamento, foi uma medida positiva que a médio prazo irá concertemente gerar os resultados previstos.

No entanto, e tendo presente que muito ainda há a fazer num dos pontos mais importantes para os jovens em Portugal propomos um conjunto de soluções para a habitação, que têm como móbil o incentivo ao mercado de arrendamento;

Hoje, e perante as naturais mutações de qualquer jovem que entra no mercado de trabalho, o próprio conceito de habitação sofre grandes alterações e a tradicional necessidade de aquisição de habitação própria vai sendo substituída pela necessidade de mobilidade e de desprendimento em relação a um determinado espaço físico (mobilidade da força de trabalho);

Também neste domínio se coloca o problema das assimetrias regionais ou seja em consequência da falta de trabalho no interior (importa criar incentivos à fixação de jovens no interior não só a nível profissional mas também criando incentivos fiscais à compra da 1ª habitação), grande parte dos jovens decide morar nos grandes centros urbanos, entupindo-os completamente.

Diminui a qualidade de vida pois devido à especulação imobiliária, as habitações nos grandes centros urbanos estão na sua grande maioria devolutas, ou são arrendadas a preços demasiado altos para os primeiros anos, ou ainda são os edifícios vendidos e transformados em verdadeiros condomínios de luxo, perfeitamente isolados do resto da cidade e cujas habitações são vendidas a preços demasiado especulativos até mesmo para o cidadão pouco comum.

Urge pois, devolver os jovens aos grandes centros urbanos, dar-lhes de novo vida, transformá-los de novo num espaço repleto de movimento.

Lançamento de um programa nacional para regular o mercado da habitação, que nomeadamente preveja a recuperação de imóveis para serem disponibilizados para arrendamento bem como aquisição a custos controlados;

Aqui para além do papel importantíssimo do poder local (câmaras) pode também o Estado promover a reabilitação das zonas históricas, com consequências directas nas políticas cultural e económicas, deixando de ser vista apenas e somente sob o ponto de vista arquitectónico;

As duas Áreas metropolitanas, nomeadamente, são hoje bem o exemplo de que em Portugal, crescimento não significou desenvolvimento, sendo os jovens à procura da primeira habitação sistematicamente escorraçados dos centros históricos das cidades, e atirados para as periferias dormitórios sem qualquer qualidade ambiental e com as acessibilidades que são conhecidas;

Majoração em 10% do montante a abater ao rendimento líquido tributável correspondente a contas poupança habitação;

Absoluta isenção de sisa, pelo menos, para os jovens e jovens casais até aos 35 anos adjacentes ao processo de aquisição da primeira habitação;

Isenção de sisa para os centros históricos;

Estabelecimento de um escalão diferenciado para o IAJ que beneficie particularmente o arrendamento nos centros históricos e revisão dos actuais escalões;

Criação de um seguro de arrendamento, que diminua o risco do arrendatário no que concerne, por exemplo, à destruição do imóvel, catástrofes naturais, fogos etc.

ASSOCIATIVISMO E VOLUNTARIADO

Naturalmente solidários

Os jovens são cidadãos empenhados e naturalmente solidários. A juventude portuguesa, nas várias áreas em que se vê activa, tem provado que só se sente bem a colocar em prática anseios cívicos, desportivos, recreativos e culturais.

A defesa dos seus interesses, a solidariedade pura e a ocupação dos tempos livres são potenciais de uma geração que não pode deixar de ser incentivada.

Neste sentido caberá ao Estado:

Promover a utilização dos centros de juventude existentes, incentivando actividades culturais de diversa índole dando especial ênfase e apoio às actividades efectuadas por associações juvenis ou grupos informais de jovens;

Apoiar incondicionalmente as associações juvenis de carácter local. Não esqueçamos que são estas as grandes dinamizadoras de actividades em determinadas zonas e regiões onde a oferta cultural, desportiva, recreativa e até cívica é menor;

Fiscalizar com maior rigor a utilização dos dinheiros públicos por forma a apoiar melhor aquelas associações e actividades que justificam essa aplicação de recursos públicos, não devendo haver contempções para os que, por estarem instalados, julgam não ser necessário cumprir regras. Tal poderá trazer a virtude suplementar de afastar qualquer injusta suspeição que, por vezes, paira sobre a generalidade do movimento associativo;

Criar um verdadeiro turismo juvenil em Portugal, dando outra utilidade, ocupação e eficiência à rede nacional de pousadas de juventude;

Facilitar a integração entre os vários serviços do Estado que prestam apoio à juventude criando, por exemplo, nos centros de emprego pólos especialmente destinados aos jovens com a respectiva contrapartida nos centros de juventude. Estes últimos deverão estar habilitados a lidar com todo e qualquer problema relacionado com os jovens por forma a evitar a deslocação dos mesmos a outros locais;

O intercâmbio juvenil mantendo e estimulando a troca de experiências entre jovens de várias proveniências e culturas;

Estimulo às acções que promovam todas e quaisquer iniciativas que visem o combate à Sida e Toxicodependências;

Apoio às acções que contribuam para a criação de emprego jovem.

DESPORTO

parte fundamental da formação

A actividade desportiva é uma actividade imprescindível na definição do carácter e personalidade do Homem, constituindo um óptimo suporte no processo educativo do jovem. Contudo, a esta definição de princípios, por todos aceite, não tem correspondido a realização, na prática, de esforços e acções que alterem a actual realidade.

Passar do papel à acção é tarefa que não se pode adiar, sob pena de se instalar a ideia de esta não ser uma prioridade da política de educação, juventude e saúde.

Algumas das nossas propostas são recorrentes, outras peregrinas, mas nenhuma será em vão!

Melhoria do parque de recintos desportivos nas escolas, nomeadamente, através da construção de Pavilhões cobertos;

Criação de novas e aliciantes modalidades nos *curricula* escolares (com opções, por exemplo ao nível dos desportos radicais e actividades artísticas), com respectivo aumento da carga horária e do n.º de anos da disciplina de Educação Física;

Incremento da ideia de Desporto Universitário, com exigência de "Campus", em todos os espaços de Ensino Superior;

Criação de horários lectivos compatíveis com a prática da alta competição;

Aumento da sintonia e interligação entre as Autarquias e os estabelecimentos de Ensino no que diz respeito ao uso de infra-estruturas e materiais desportivos;
Esforço conjunto entre diversas entidades com vista a desenvolver e criar mais e melhores pavilhões nas Escolas;

Incentivos e deduções fiscais de diversa índole, nomeadamente quanto ao desporto como lazer;

Apoios especiais para as associações de cariz local e amador, vocacionadas para a prática desportiva;

Promoção de espaços verdes e de espaços desportivos livres, principalmente nos grandes centros urbanos;

Aposta na organização de eventos desportivos, nas mais diferentes modalidades;

Aposta em novas modalidades, diversificando a oferta;

Investigar as estratégias das federações desportivas integrando as outras organizações do sistema: associações regionais, clubes, desporto escolar, autarquias e universidades, detectando pontos de convergência e divergência;

Incentivar a criação do Observatório Ibérico para o Desporto;

Activar o funcionamento pleno do Observatório Europeu para o Desporto;

Criar um programa de formação de dirigentes desportivos, em colaboração com o meio universitário; o actual Governo não pode cair nos erros de negligência do anterior, que optou por afectar dinheiros públicos às Federações sem, no entanto, ter fiscalizado e avaliado os resultados dessa afectação de verbas.

CULTURA

Portugal é um País onde infelizmente a iliteracia ainda assume contornos gravosos.

Em nosso entender existem duas formas de combater este facto: a primeira será sempre a aposta na educação e formação do indivíduo; a segunda será, concerteza, a aposta despreziosa na cultura.

Há que inverter as mentalidades e deixar de ver a cultura apenas como um vínculo académico e teórico de informação;

É urgente democratizar, levar a cultura a todos os cidadãos deixando de subsidiar apenas e tão só aquilo que de outra forma jamais existiria e em substituição dirigir "a parte de leão do esforço público" de promoção e incentivo a todos os cidadãos.

Apostar na divulgação cultural do Estado junto das Escolas, nomeadamente através da divulgação das diferentes formas de arte nas escolas;

Inserção nos currículos de visitas e assistências a espectáculos no âmbito cultural;

As bibliotecas têm de ser vistas como centros cívicos e não como uma qualquer repartição pública;

Investir não apenas na produção subsidiada mas sobretudo na formação. Formação nas áreas artísticas, mas também nas áreas de Gestão Cultural, Marketing, Divulgação, Produção entre outras;

Uma maior intervenção do poder local na promoção de iniciativas culturais, atribuição de apoios, passando pela adequação de projectos do género museológico, por exemplo;

A cultura pode ser um factor de reforço da identidade nacional. Na era da globalização, centrar a actividade cultural nas pessoas (e não nos agentes culturais) estimulando o aparecimento de iniciativas e facultando o acesso a uma franja da população cada vez maior é imperativo da JSD.

Cartão Jovem

Paulatinamente, e apesar de novos atractivos, o Cartão Jovem tem entrado em desuso.

No presente, tem servido quase em exclusivo para reduzir preços em viagens de regresso a casa nos fins-de-semana lectivos.

É hora de relançar a grande ideia que foi a criação deste cartão: novos acessos, outra mentalidade, alargamento da idade de incidência.

Numa fase em que o mundo e a cultura se concretizam num clicar de um "rato", o novo Cartão Jovem tem de nos levar a museus, a teatros e cinemas, a concertos e bailes, ajudar à aquisição de livros e música, conhecer Portugal e o exterior.

Condições atractivas para quem aceite o novo cartão e uma ampla gama de utilização, fará deste acesso mais um meio de se viver a juventude em pleno, apostando na formação a todos os níveis e consequentemente difundindo e democratizando a nossa cultura.

MUDAR:

SAÚDE

COMBATE À SIDA

Em 2001 o número de infectados com Sida em Portugal aumentou cinco vezes mais do que a média da União Europeia;

Segundo a Comissão Nacional de Luta contra a SIDA, Portugal tem 17 mil casos notificados, embora se calcule que existam entre 29 a 43 mil seropositivos no nosso País;

Há que inverter urgentemente toda esta situação nomeadamente pelo:

Lançamento uma Campanha Nacional de Prevenção de largo alcance e de forte eficácia, com uma vertente dirigida aos grupos de risco e uma outra à população (nomeadamente jovem) em geral;

Introdução nos *curricula* escolares do ensino básico e do ensino secundário de disciplinas e matérias específicas, nomeadamente, de "educação sexual", de "educação para a saúde", e de "prevenção das toxicodependências";

Adopção de medidas concretas junto de grupos de risco, concretamente, junto dos toxicodependentes (alargamento do programa de troca de seringas, melhoria das condições endovenosa e criação de centros de abrigo públicos e de uma rede nacional de equipas de rua, etc.) e das prostitutas (regulamentação da sua actividade, em locais específicos, devidamente policiados, e com controlo médico periódico);

TOXICODEPENDÊNCIA

Actualmente, não resta qualquer dúvida de que a "droga" é um trágico flagelo na nossa sociedade.

De mesma forma que (não restam ilusões) com segurança se pode afirmar que este problema é o principal factor responsável pela criminalidade e insegurança no nosso País e a principal causa de propagação de determinadas doenças infecto-contagiosas, como a SIDA.

Propomos uma atitude, sem preconceitos, que distinga as diferentes drogas ilícitas, em função da sua nocividade;

Uma corajosa política activa de redução de riscos e danos, alicerçada nos mais elementares princípios de Humanismo enraizados dentro da JSD;

Aposta na prevenção primária que em boa medida se traduzirá na formação para a intervenção dos diversos agentes;

Prevenção baseada na informação, agressiva e arrojada na forma, mas credível e sustentada na substância;

O importante papel que a Escola desempenhará após uma necessária formação de docentes e a "coragem" de introduzir nos *curricula*, desde o 1.º ciclo, a abordagem desta problemática.

Defendemos a chamada "separação do mercado de drogas" da despenalização controlada do consumo de drogas «leves», mediante o comércio passivo em estabelecimentos expressamente autorizados para o efeito, proibindo-se exemplarmente qualquer espécie de incitamento ao consumo e mantendo-se a política penalizadora do consumo de drogas «duras»;

Entendemos imprescindível uma sensibilização/informação especial e um combate individualizado à proliferação do consumo das chamadas drogas sintéticas por parte dos jovens portugueses.

Trata-se de um novo conceito de droga mas cujas consequências são tão ou mais funestas que as ditas "drogas tradicionais";

Por outro lado defendemos um combate implacável às chamadas "drogas duras", estas são, de facto, drogas perigosas para a saúde do cidadão consumidor e com inegáveis consequências sociais. Logo, o Estado não se pode demitir e deve, pelo contrário, reprimir e combater activamente o seus malefícios;

Defemos, ainda, o dever que o Estado tem e a obrigação de, paralelamente, dar todas as condições (através do Serviço Nacional de Saúde) de acompanhamento e/ou tratamento a cidadãos toxicodependentes, ou seja, a cidadãos doentes.

SEXUALIDADE

Para viver uma sexualidade plena, sem preconceitos, é necessária uma adolescência e uma juventude saudável.

É no ensino básico, no espaço escolar, que se começam a adquirir conceitos, sendo por isso o espaço privilegiado para uma formação em sexualidade participativa, informada, consciente e plena.

Da sexualidade fazem parte conceitos tão básicos como a amizade, o crescimento, a aprendizagem e a aquisição de valores que vão formar os jovens na construção do seu carácter e personalidade.

Implementação eficaz da disciplina de educação sexual nas escolas do 2º ciclo do ensino básico;

Participação activa de todas as estruturas locais de saúde, nomeadamente os Centros de Saúde e as Autarquias;

Divulgação da já existente distribuição gratuita de métodos contraceptivos, como o preservativo e a pílula, nos Centros de Saúde;

Campanhas de informação e projectos desenvolvidos nas escolas, pelos Centros de Saúde e Autarquias, sobre educação sexual;

Implementação de mais CAJ (Centros de Atendimento a Jovens) nos Centros de Saúde;

Legalização dos bordéis;

Implementação de programas de apoio a prostitutas de rua, formação em doenças sexualmente transmissíveis, e campanhas de prevenção;

Projectos de voluntariado jovem na área da saúde para a melhoria de acessibilidade aos cuidados de saúde, dando aos jovens voluntários benefícios como:

Subsídio de alimentação e transporte, cartão jovem gratuito, cursos de formação gratuitos, fins de semana em Pousadas de Juventude, entre outros;

Criação de um cartão de acompanhante para jovens deficientes, de forma a garantir o acompanhamento destes jovens por familiares ou pessoas significativas nas instituições de saúde;

Abertura de mais vagas para os cursos da área da saúde, nomeadamente medicina e enfermagem, tendo em conta que Portugal é um dos Países da Europa com mais baixo rácio profissional de saúde/utente;

Formação dos jovens profissionais de saúde em áreas como a humanização, o atendimento, regras de comunicação e cortesia, gestão de conflitos, entre outros;

Alargamento da isenção de taxas moderadoras nas instituições de saúde, até à idade dos 18 anos;

Incentivos à investigação bioética e genética, fixando os nossos jovens investigadores no País, por forma a contribuam para o desenvolvimento técnico-científico e qualidade de vida da população em áreas que cada vez mais afectam os jovens, tais como a infertilidade e as mal formações genéticas;

Informatização de todos os ficheiros de vacinação nos Centros de Saúde, para facilitar o objectivo de cobertura vacinal a 100 % nas crianças e jovens.

EXCLUSÃO SOCIAL

A exclusão social é uma realidade portuguesa.

Dados da Comissão Europeia confirmam que 22% da nossa população vive abaixo do limiar da pobreza. Esta tendência – que atinge muitos jovens em início de vida activa - tem de ser contrariada por um sistema de Segurança Social realmente JUSTO.

O princípio da IGUALDADE entre homens e mulheres terá que ser de facto uma realidade. Não podemos adoptar uma atitude passiva quanto às mentalidades e limitarmo-nos esperar pela mudança.

Garantir efectivas políticas de apoio à maternidade e/ou paternidade impedindo que a mulher opte pela vida familiar ou pela vida profissional.

Não tolerar qualquer espécie de discriminação baseada na orientação sexual do indivíduo.

Encarar com TOLERÂNCIA a diferença, contrariando atitudes segregativas.

Cidadãos portadores de deficiências

A integração dos deficientes e a garantia da sua participação activa em todos os domínios da sociedade é um compromisso e um imperativo ético.

Os portadores de deficiências sentem-se, muitas vezes, privados dos seus Direitos Liberdades e Garantias.

Incrementar no Ensino, reforçar o papel das associações representativas, garantir apoios ao nível do Sistema de Saúde, eliminar as barreiras arquitectónicas...

são apenas algumas das medidas que preconizam uma igualdade de oportunidades.

ASSIMETRIAS REGIONAIS/COMBATE À INTERIORIDADE

É de todo incompreensível que, num País tão pequeno como Portugal, subsistam as enormes desigualdades de oportunidades entre aqueles que vivem no litoral e nas grandes cidades e aqueles que vivem no interior e em zonas rurais.

A reduzida dimensão geográfica de Portugal deveria ser um factor de coesão e não de distanciamento entre a sua população.

As acessibilidades por que todos anseiam é cada vez mais uma necessidade;

Por outro lado é importante "prender" os jovens às suas terras, transformando-as em locais atractivos, com perspectivas de sucesso, valorização profissional, condições vantajosas na compra da primeira habitação. Em suma com todas as necessidades que a sociedade nos inculiu e as quais procuramos satisfazer.

Urge dinamizar, construir, melhorar o interior do País, e para isso nada melhor que começar pelo início, ou seja pela Escola, concretamente:
Fomentando o ensino secundário em todas as terras;

Instalando ensino técnico/profissional, politécnico e universitário por todo o interior, totalmente sincronizado com as potencialidades da região em que se insere;

Licenciaturas específicas, protocolos com empresas instaladas na área, evitando deste modo que a mão-de-obra qualificada não desapareça para os grandes centros urbanos e em vez disso se instale definitivamente na sua terra, ou na terra em que simplesmente estudou;

Necessidade de elaborar uma política concertada, em que se saibam exactamente quais as necessidades de determinada região, quais as suas potencialidades, em suma qual o seu mercado estratégico;

Relembremos, apenas e a título de exemplo, as potencialidades do interior, nomeadamente das regiões fronteiriças para a fixação de empresas multinacionais;

Urge uma atitude do poder central, criando incentivos fiscais neste sentido, assim como no apoio à criação de PME's, criadas *ab initio* por jovens locais;

Uma verdadeira política de turismo, com um marketing poderoso em que se mostrem as riquezas naturais, arquitectónicas, ou ambientais, do nosso interior, abrindo a indústria aos jovens, minimizando a burocracia de acesso aos programas que actualmente existem, em suma inovando, produzindo, desenvolvendo.

Com uma política equilibrada e uma sã gestão dos recursos existentes, é possível ter um País menos desigual, onde rapidamente nos desloquemos, onde nada falta em sitio algum, onde os jovens não tenham que ser forçados a deslocarem-se, por condicionalismos profissionais, sociais ou culturais, para os grandes centros urbanos.

Não deixa de ser uma tradição terceiro mundista, a deslocação abrupta de jovens para os grandes centros urbanos que, no caso do nosso País se resumem a dois.

É importante e premente dignificar, não só os grandes centros urbanos como também as cidades médias, retirando-lhes o estatuto de centros de serviços, voltando a dar-lhes vida, criando incentivos à fixação de mão de obra jovem e qualificada, em suma renovando-as.

Com um interior renovado e uma cidade de qualidade acreditamos devolver à actual geração mas principalmente às vindouras um País produtivo pleno de progresso e desenvolvimento.

AUTONOMIAS REGIONAIS

As Autonomias Regionais foram uma das conquistas do 25 de Abril. Tornaram-se uma realidade devido ao empenho do PSD, sobretudo de Francisco Sá Carneiro. A ideia fundamental de autonomia sempre foi acarinhada pela JSD, que sempre apoiou esta forma de descentralização de poder.

Assim, na próxima Revisão Constitucional, a JSD defenderá um maior aprofundamento da autonomia regional. Desde logo, defenderá a extinção do cargo de Ministro da República, na concretização dos princípios da continuidade territorial e da subsidiariedade.

Num contexto europeu, a JSD defende, para uma melhor salvaguarda dos interesses específicos das regiões ultra-periféricas, a criação de um círculo eleitoral próprio para as eleições ao Parlamento Europeu.

INTERVIR:

EUROPA

Descobrimos outros Continentes:

descubramos agora o nosso

O alargamento da UE a Leste, o cada vez mais preocupante medo da Europa a várias velocidades, e o êxodo das grandes populações estrangeiras no ocidente europeu não pode deixar de nos preocupar.

Sem dúvida que todos queremos "estender a mão" a povos que dela precisam para crescer e desenvolver-se, mas não podemos ser irresponsáveis e vender uma sensata e sustentada construção da Europa a troco de uma precipitada recepção.

Assim, defendemos o seguinte programa:

A primeira fase do alargamento deve ter lugar o mais rapidamente possível. Esta é uma obrigação particular que temos, desde logo, para com as novas gerações dos Países candidatos, que passaram toda a sua juventude na expectativa dos seus Países se tornarem membros da UE. Se tal não acontecer, a UE corre o risco de perder a sua credibilidade junto daqueles que serão os líderes futuros desses Países;

Deve ser determinada a data para uma decisão final sobre quais os Países candidatos que, objectivamente, cumprem os critérios necessários para a adesão. O processo de alargamento sem esta data definida é como uma corrida sem linha de chegada;

Os critérios definidos devem ser escrupulosamente cumpridos, particularmente no que concerne à implementação e aplicação completa e sustentável do direito comunitário. O número de áreas para as quais serão considerados períodos de transição deve ser mantido dentro de limites razoáveis;

Criar um patamar intermédio no caminho para a plena integração, uma Área Europeia alargada, de modo a incluir aqueles Países que fiquem de fora da primeira fase de alargamento. Por oposição aos acordos europeus bilaterais, este patamar deve ser baseado numa estrutura multilateral e, se possível, incluir os três pilares da UE.

Criar acordos de transição particulares, para pessoas e empresas dos Estados-membros localizados nas fronteiras mais relevantes da UE. O alargamento significará uma alteração drástica de circunstâncias nas regiões de fronteira, onde passarão a conviver níveis de vida dramaticamente diferentes. Estes acordos de transição devem levar em linha de conta as especificidades locais, devem ser flexíveis e limitados no tempo e incidir em alguns aspectos concretos como a segurança no trabalho, saúde e ambiente;

Estas iniciativas pretendem criar uma perspectiva de futuro fiável para as populações dos Países candidatos e menos receios às populações dos Estados-membros.

Do sucesso deste processo de alargamento poderemos avaliar o futuro do projecto europeu.

Finalmente defendemos um alargamento estratégico e um envolvimento progressivo com a Rússia e com a Turquia:

Com a primeira sedimentamos a opção democrática do povo russo;

Com a segunda combatemos o fundamentalismo islâmico e preservamos a laicidade do Estado;

Entendemos fulcral esta aproximação no presente, que num futuro mais ou menos distante conduzirá, concerteza, à sua integração.

IMIGRAÇÃO

Se Portugal em décadas anteriores era caracterizado como um País de emigrantes, hoje é um dos destinos preferenciais para receber imigrantes.

Os problemas sociais na Europa de Leste agudizaram a situação.

Portugal vê-se com o problema de integrar na sua sociedade aqueles que procuram as suas terras para se estabelecer.

A situação tem de ser decomposta em duas grandes questões:

O que fazer com quem já cá está?

Que política adoptar para o futuro?

Quanto à primeira questão, não temos dúvidas em afirmar que tem de haver uma análise ponderada caso a caso.

Acabar com a hipocrisia de não reconhecer legalmente pessoas que têm a sua casa, o seu trabalho, a sua família e que desejam ter a sua situação regularizada, mas falta o tal visto...

Quanto à segunda questão, a aposta tem de ser feita tendo em conta as faltas no mercado de trabalho nacional. Com esta aposta temos a certeza de não estar a incentivar a pobreza de quem vem necessitado, bem como acabamos com quem se tenta aproveitar de situações de desespero!

LUSOFONIA

Falar de Lusofonia é necessariamente falar de uma CPLP que atesta pela sua criação a necessidade de preservar os laços que unem os povos cuja história e cultura ainda caminham de mãos dadas.

No mundo em constante mudança a JSD entende que está na hora de também a CPLP "crescer", e ser de uma vez por todas o caminho e o elo de ligação entre os Países lusófonos e os grandes blocos económicos, nomeadamente a União Europeia.

Neste sentido consideramos ser preciso assumir uma nova postura de ajuda externa, eliminando definitivamente o vício do assistencialismo;

Formar as novas gerações mas fundamentalmente ajudar a implementar os alicerces para que desde a África Lusofona a Timor-Leste a iletracia regrida, e o português continue a ser a língua que todos une e de que todos se orgulham e identificam;

Criar uma verdadeira política de intercâmbio cultural e artístico, fomentando e difundindo a língua portuguesa;

Dinamizar a cooperação a nível técnico-científico e económico.

DEFESA NACIONAL:

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

A política de Defesa Nacional deve, cada vez mais, passar pela complementaridade, no seio de alianças militares como a Aliança Atlântica e um Exército Europeu a criar.

A opção deve passar, necessariamente, pela profissionalização e racionalização dos efectivos;

Pela gestão de meios que permitam dotar as Forças Armadas do que mais sofisticado, eficaz e dissuasor se concebe;

Defendo, igualmente, o empenho da máquina militar em funções de carácter cívico: patrulhamento e ordenamento das florestas, vigilância da Zona Económica Exclusiva, combate ao tráfico de droga (em operações coordenadas por entidades policiais), campanhas de sensibilização da população e outros usos que dignifiquem ainda mais uma parcela essencial da nossa soberania;

Contribuir para a efectiva integração das mulheres no serviço militar.

REFORMA DO ESTADO

O Novo Portugal Político

Nos tempos que vivemos, é quase impossível falar de política sem que o tema da Reforma do Sistema Político venha a propósito, uma vez que, a cada passo, se sente o clamor dos eleitores por uma mais incisiva possibilidade de controlar democraticamente o desempenho dos seus representantes.

Mas tudo hoje nos indica que o Estado quer mesmo e vai efectivamente aparecer com um novo figurino, afinal, todos queremos um Estado rejuvenescido e virado para novas formas de participação.

A Comissão Parlamentar para a Reforma do Sistema Político está empenhada em ouvir as mais variadas opiniões, os partidos já não podem adiar mais a discussão.

Também a JSD pretende contribuir para esta discussão!

Defendemos um só mandato de 7 anos para o Presidente da República. Entendemos que é uma forma de se fiscalizar dois ciclos de Governo sem as possíveis alterações de interpretação das prerrogativas;

Defendemos o fim do direito de veto do Presidente da República;

Para compensar de certa forma o progressivo "apagamento" do exercício presidencial que se tem vindo a registar, sustentamos a criação de um Senado, constituído por uma série de figuras da nossa jovem democracia que ainda têm muito a dar para a qualidade da mesma, e que podem ser eleitas numa franja marginal a eleger em lista nacional, por forma a aproveitar o seu contributo. A Câmara Alta do Parlamento será ainda constituída por membros eleitos pelos Distritos e Regiões Autónomas (em paridade).

As suas funções serão essencialmente de enquadramento dos grandes temas e diplomas, a título consultivo.

Defendemos, também, a adopção de um sistema eleitoral misto com círculos uninominais segundo o método maioritário e um círculo nacional que assegure a representatividade do sistema partidário, com a inclusão de uma "cláusula barreira" que exija um mínimo de 5% para que uma força partidária obtenha lugares a nível nacional;

Consagração da moção de censura construtiva, obrigando ao fim da utilização gratuita desta "arma nuclear" da oposição.

No que às Autarquias diz respeito defendemos:

A limitação dos mandatos executivos a 3 exercícios consecutivos;

Consagração dos executivos maioritários monocolores;

Reforço das funções da Assembleia Municipal;

Fim do direito de voto dos Presidentes das Juntas de Freguesia, na Assembleia Municipal.

Porém, como que por inscrição no código genético da nossa "Jota", inovar é algo de que fazemos bandeira. Designadamente, procuraremos fomentar a aplicação cívica e democrática das novas tecnologias da comunicação, mormente por via do voto electrónico e do desenvolvimento de experiências interactivas de comunicação entre eleitores e eleitos, individual ou institucionalmente considerados.

Entroncando nas mais arrojadas propostas em debate no mundo democrático ocidental, propomos a progressiva consideração do direito de acesso às redes telemáticas de saber e participação como direito universal.

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Cara nova aos burocratas

Se há sector profissional que consegue gerar em seu redor uma unanimidade de críticas, ditos pouco abonatórios e piadas de génese tão antiga, esse sector é sem dúvida o funcionalismo público.

Enraizou-se que a Administração Pública é conduzida pela prática do desleixo. E não só é de uma injustiça atroz, como se lançam culpas muitas vezes para um funcionário graduado que apenas recebe instruções e as difunde sob a categoria de ordem prioritária.

Nestes termos queremos uma Jota cujo gabinete da área respectiva saiba ser coerente com aquilo que defende.

Nova cultura de serviço público:

Através da implementação de métodos de formação, consequentes na criação de novas mentalidades ao nível dos funcionários;

Imposição de mecanismos de avaliação sistemática dos desempenhos;

Funcionamento fundamentado no «benchmarking»;

Estabelecimento de competitividade e concorrência interna;

Recurso ao «outsourcing» de serviços;

modernização dos serviços.

Queremos uma administração ao serviço dos cidadãos, aproximando os serviços dos seus utentes;

Sim à descentralização e à desburocratização;

Reavaliação da actual coexistência e cooperação entre os diferentes serviços existentes avaliando a sua utilidade;

Combate à burocracia com o recurso às novas tecnologias, *e-government*, administração pública on-line, etc;

Racionalização da despesa e optimização dos recursos humanos;

Criação de lojas de juventude em todos os concelhos do país, que satisfaça as necessidades burocráticas dos jovens, responda a todas as suas dúvidas e onde se reunam todas as

informações, programas e novidades que de uma forma ou de outra digam respeito à política de juventude em Portugal.

UMA REVISÃO ESTATUTÁRIA PARTICIPADA

Os nossos Estatutos e Regulamentos, tal como as leis da República, devem acompanhar a mudança dos tempos e adaptar-se às novas realidades das estruturas que pretendem regular.

Está, pois na altura de pensar em reestruturar a JSD, numa forma séria, adulta, reflectida, calma, participada, sem precipitações nem manipulações.

Não é nosso objectivo propor esta ou aquela medida de revisão estatutária, até porque estaríamos a condicionar um debate que, já o dissemos, queremos ver sem influências de espécie ou parte alguma.

Parece-nos incorrecto divulgar ou prescrever pontos de vista num tema em que muitos têm a ganhar ou perder. Podemos e devemos, todavia, avançar com o método que julgamos mais correcto.

Conselhos Distritais e Regionais temáticos para discutir a matéria, realizadas na presença de um membro da CPN.

Finalizada a recolha de posições e propostas, será a vez do Conselho Nacional elaborar uma proposta final a ser remetida a um Congresso Nacional Extraordinário, de um só dia, onde tudo será tema de debate e nada poderá ficar por discutir.

Nunca teremos Estatutos à prova de irregularidades, mas quanto mais se identificarem com a estrutura, mais natural será a relação dos militantes com as normas e mais fácil se tornará respeitar os seus desígnios.

Também ao nível da reforma do sistema político, defendemos a realização, até ao fim de Novembro, de Conselho Distritais e Regionais temáticos onde os Distritos e as Regiões Autónomas farão a síntese daquilo que advogam para o Novo Portugal.

De tais reuniões sairão um resumo das propostas concretas aprovadas, as quais o Distrito ou Região levará a um Conselho Nacional temático, com convidados do plano político e académico.

Deste caminho resultará, com certeza, uma proposta válida e um contributo sério da JSD para a Revisão do Sistema Político em curso.

Conosco a JSD gerará ideias com nome de GERAÇÃO NOVA.

Vamos AGIR para combater inacções passadas!

Vamos INTERVIR para incomodar os interesses mais obscuros e conservadores!

Vamos MUDAR para manter o que de bom há na Juventude Portuguesa!

A Jota é a nossa vida;

Portugal é a nossa missão!